

Especial

Reforma Constitucional e Burocracia Profissionalizada

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

O Governo Federal entende serem essenciais para que o país se adapte à globalização da Economia e à participação nos espaços multiregionais, assim como para que mantenha a estabilidade monetária interna, cinco reformas, a saber: do Judiciário, Política, Administrativa, Tributária e Previdenciária.

Embora correta a filosofia do Governo, os textos são de má qualidade e, muitas vezes, distorcem o desiderato governamental.

Assim é que a reforma tributária proposta não simplifica o sistema, mas apenas objetiva elevar o nível de tributação; a reforma previdenciária mantém brasileiros de primeira e segunda categorias nos proventos da aposentadoria e hospeda, também, aumento da carga fiscal; a reforma

administrativa está dependendo de leis complementares; a reforma do Judiciário introduz indesejável controle desse Poder; e a política, concentra-se na reeleição.

De rigor, são cinco propostas que se apresentam menores na sua formulação do que nos ideais pretendidos, estando alguns distorcidos, principalmente na perda de oportunidade de se fazer uma reforma administrativa que introduza definitivamente a burocracia profissionalizada.

Creio que a maior falha na busca do enxugamento do Estado e da Federação, resida no aspecto de que não se cria, no projeto, uma carreira para o servidor público.

No Brasil, de rigor, quem presta concurso para Administração, por mérito próprio pode chegar, no máximo, a chefe de seção. Todos os demais postos do Poder Público - excluídos os de eleição popular - são preenchidos por amigos dos



Ives Gandra da S. Martins

detentores do poder.

Um aspecto admirável nos sistemas parlamentares de governo da Europa, é a burocracia profissionalizada, condição de eficiência, aliás, de tais regimes políticos. Quem presta concurso público pode aspirar o topo da Administração, pois, os ministros eleitos só podem escolher aqueles servidores, que se encontrem na carreira

e, para os cargos de maior responsabilidade, aqueles que chegarem ao patamar máximo permitido.

Em outras palavras, se um Ministro desejar um Secretário do Tesouro, num país europeu, escolherá, entre os oito ou dez elementos da burocracia local que estejam no topo da carreira, aquele que mais se mostrar afinado com sua política tributária, mas só poderá escolher entre as pessoas da carreira dos coletores fiscais.

Por esta razão, mesmo quando os Gabinetes caem, os países continuam a ser administrados, sem solução de continuidade.

Estou convencido de que necessitamos, no Brasil, da conformação, também, de uma burocracia profissionalizada, a maior e mais importante conquista que se obteria na Administração Pública, se a reforma constitucional impusesse que todos os cargos de confiança e de maior relevo dos qua-

droso públicos fossem preenchidos por servidores de carreira.

Tenho para mim que a melhor forma de assegurar um Estado menor que a sociedade e, portanto, mais justo, é introduzir a burocracia profissionalizada nos moldes dos países europeus, capaz, portanto, de servir ao sistema presidencialista da mesma forma que serve aos sistemas parlamentares.

Não há democracia estável, sem profissionalização da burocracia.

Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito das Universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo.

Art. 17
86
—